



### **EDITAL 14 (CPOS-AUD/FAENG), DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025**

O Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PosAU) da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo, e Geografia (FAENG), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio da Comissão de Seleção constituída pela Portaria nº 238-GAB/FAENG/UFMS/, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025 no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital nº 352/2025 PROPP/UFMS - Retificado pelo EDITAL 391/2025 PROPP/UFMS , que tornou pública a abertura de inscrições para processo seletivo de candidatos brasileiros e estrangeiros para preenchimento de vagas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPG) da UFMS para ingresso no primeiro semestre do ano letivo de 2026 e considerando o Cronograma previsto no item 3 do Edital nº 352/2025 - PROPP/UFMS torna público o Resultado Preliminar da Etapa de Avaliação de Mérito e o espelho da Prova de Conhecimentos Específicos, conforme Anexos I e II deste Edital:

Campo Grande, 03 de fevereiro de 2025.  
Julio Cesar Botega do Carmo  
Presidente da Comissão de Seleção

#### **ANEXO I RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO**

<b>ARQUITETURA E URBANISMO (CAMPO GRANDE)</b>				
<b>MESTRADO</b>				
<b>Ampla Concorrência</b>				
<b>Número de Inscrição</b>	<b>AP</b>	<b>PE</b>	<b>DP</b>	<b>EAM</b>
202570766	8,9	7	7	7,475
202570595	8,8	7,5	8	7,95
202570729	9	8,5	9	8,75
202570082	6,5	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202569142	9,2	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202568707	8,1	7	8	7,525
202570603	7,2	9	9,5	8,675
202570407	7,5	5,5	5	5,875
202569891	8,7	7	8	7,675
202570650	9,3	5,5	8,5	7,2
202570746	7	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570465	8,9	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE

202570426	7,3	8,5	AUSENTE	DESISTENTE
202570535	8,7	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202567341	0	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570757	8,5	9,5	10	9,375
202569741	8,4	5	7	6,35
202570190	7,6	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570755	8,8	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570377	7,6	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
<b>Ações Afirmativas</b>				
<b>Número de Inscrição</b>	<b>AP</b>	<b>PE</b>	<b>DP</b>	<b>EAM</b>
202568164	7,8	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
202570689	8,5	8,5	7,5	8,25
202570761	7	5,5	5,5	5,875
<b>Qualifica UFMS</b>				
<b>Número de Inscrição</b>	<b>AP</b>	<b>PE</b>	<b>DP</b>	<b>EAM</b>
202569022	0	AUSENTE	AUSENTE	DESISTENTE
<b>Qualifica IFMS</b>				
Não houve inscritos				

## ANEXO II

### ESPELHO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### Questão 1 (OBRIGATÓRIA)

O Movimento Moderno, em sua busca por uma linguagem universal e racionalista, estabeleceu as bases para uma produção do espaço pautada na eficiência técnica e no funcionalismo. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, essa abordagem passou por profundas críticas. Josep Maria Montaner, em *Depois do Movimento Moderno*, descreve a transição do "homem ideal" para o "homem comum" e a emergência de novas posturas arquitetônicas que valorizam o contexto e o usuário. Paralelamente, Henri Lefebvre, em *O Direito à Cidade*, argumenta que o espaço é um produto social e que a cidade deve ser resgatada como valor de uso frente ao valor de troca. Por fim, Bryan Lawson, em *Como Arquitetos e Designers Pensam*, analisa o processo cognitivo do projeto como uma gestão complexa de restrições e necessidades.

Considerando as obras citadas, discorra sobre como a evolução do pensamento arquitetônico contemporâneo e a compreensão do processo de projeto podem contribuir para uma produção do espaço construído que efetive o "direito à cidade" e supere a fragmentação do urbanismo racionalista. Em sua resposta, analise a relação entre a teoria da produção social do espaço e a prática projetual do arquiteto.

#### Resposta esperada

A produção do espaço construído e habitado na contemporaneidade exige uma superação do paradigma estritamente racionalista que dominou o início do século XX. Como aponta Josep Maria Montaner, o projeto universalista do Movimento Moderno, embora tenha resolvido problemas técnicos e higiênicos cruciais, acabou por gerar um urbanismo cartesiano que fracassou ao separar radicalmente as funções

urbanas e ignorar as especificidades dos contextos culturais e identitários. A crise desse modelo, evidenciada a partir de 1945, abriu caminho para uma "contextualização" da arquitetura, onde a memória, o lugar e a figura do "homem comum" — em oposição ao "homem ideal" abstrato das vanguardas — tornaram-se os novos motores da evolução disciplinar.

Essa mudança de perspectiva na arquitetura dialoga diretamente com a tese de Henri Lefebvre sobre a produção social do espaço. Para Lefebvre, o espaço não é um contentor neutro, mas um produto das relações sociais e de poder. O "Direito à Cidade" surge como um clamor contra a alienação provocada pelo "espaço abstrato" do capitalismo e do planejamento tecnocrático, que prioriza o valor de troca (a mercadoria) sobre o valor de uso (a vida urbana). Efetivar o direito à cidade implica, portanto, devolver aos habitantes a capacidade de apropriação e participação na produção do seu próprio habitat, transformando o espaço concebido pelos especialistas em um espaço vivido pelos cidadãos.

Nesse cenário, o papel do arquiteto e o seu processo de pensamento, conforme analisado por Bryan Lawson, tornam-se fundamentais. Lawson argumenta que o design não é um processo linear de resolução de problemas, mas uma atividade "focada na solução" que exige a gestão de múltiplas restrições: radicais (funcionais), práticas (tecnológicas), formais (estéticas) e simbólicas. Para que o projeto contribua para a produção de um espaço verdadeiramente habitado, o arquiteto deve atuar como um mediador entre essas restrições técnicas e as necessidades sociais. O "pensar" do designer deve, portanto, incorporar a complexidade do social, reconhecendo que os usuários não são meros receptores passivos de uma forma, mas agentes que dão sentido ao espaço construído.

A convergência entre Montaner, Lefebvre e Lawson revela que a produção do espaço construído não pode ser dissociada da sua dimensão política e cognitiva. Montaner destaca posturas como o "New Brutalism" e a "Arquitetura e Antropologia", que buscaram reintroduzir a cultura material e o pensamento sociológico no projeto. Essas posturas são tentativas práticas de operacionalizar o que Lefebvre defende teoricamente: a primazia do uso e a valorização do cotidiano. Assim, a arquitetura contemporânea, ao adotar métodos ecléticos e reconhecer a pluralidade de caminhos, aproxima-se de uma prática projetual mais inclusiva.

Conclui-se que a superação da fragmentação racionalista e a efetivação do direito à cidade dependem de uma prática que integre a sensibilidade contextual de Montaner, a crítica social de Lefebvre e a competência técnica e cognitiva de Lawson. Produzir o espaço habitado hoje significa desenhar não apenas edifícios, mas suportes para a vida social, onde a técnica de projeto (o "como pensar") esteja ao serviço da construção de uma cidade mais justa, democrática e dotada de significado para aqueles que a habitam.

## Questão 2

A obra '*O processo de projeto em arquitetura*', de Kowaltowski *et al.* (2011), estrutura-se sobre a premissa de que o projeto contemporâneo exige uma abordagem sistêmica, baseado em quatro principais eixos temáticos:

- 1) Teoria/Metodologia;
- 2) Gestão do Processo;
- 3) Tecnologia (foco em BIM/Simulação);
- 4) Qualidade/Avaliação.

Com base nas obras de referência do edital, discuta como a integração entre **Gestão e Tecnologia (TIC)** altera a atuação do arquiteto.

## Resposta esperada

A partir das premissas estabelecidas na obra "O processo de projeto em arquitetura" (Kowaltowski et al., 2011), compreende-se que o projeto contemporâneo não pode mais ser visto como uma atividade isolada, mas sim como um sistema complexo que exige uma abordagem sistêmica e integrada. Essa integração manifesta-se primordialmente através da convergência entre a Gestão do Processo e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), redefinindo o papel do arquiteto no cenário atual. No âmbito da Teoria

e Metodologia do Projeto, essa mudança é evidenciada pela transição da "caixa-preta" — um processo criativo misterioso e subjetivo — para a "caixa de vidro", onde o processo torna-se explicável, racional e passível de gestão. Entender que as decisões tomadas nas etapas iniciais de desenvolvimento, como nos estudos preliminares, impactam severamente o produto final e seu desempenho é o que permite ao profissional antecipar problemas e otimizar resultados.

No que tange à Gestão do Processo, a atuação do arquiteto expande-se para a coordenação e colaboração multidisciplinar. Com o aumento da complexidade das construções modernas, que envolvem sistemas prediais, estruturais e de conforto ambiental altamente especializados, o profissional deixa de ser apenas um desenhista para se tornar um gestor de fluxos de informação. A organização eficiente dessa comunicação é vital para evitar erros de projeto e retrabalhos decorrentes de incompatibilidades entre as disciplinas, garantindo que o fluxo de dados entre os diversos agentes do processo seja contínuo e transparente.

Neste contexto, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) atua como a ferramenta que viabiliza essa gestão. A transição histórica do desenho assistido por computador (CAD) para a Modelagem da Informação da Construção (BIM) marca uma mudança de paradigma: o foco deixa de ser a representação geométrica bidimensional para tornar-se a gestão de dados parametrizados de uma edificação. O uso de softwares para simulação e desempenho permite ao arquiteto avaliar o conforto térmico, lumínico e acústico ainda na fase projetual, garantindo edifícios mais eficientes e sustentáveis. Assim, a sustentabilidade deixa de ser um "selo verde" acessório para se tornar uma decisão projetual intrínseca desde a concepção.

Por fim, a integração entre Gestão e Tecnologia culmina na valorização da Qualidade e Avaliação, especialmente por meio da Avaliação Pós-Ocupação (APO). A obra de Kowaltowski defende que o ciclo do projeto não se encerra na entrega das chaves, mas deve incluir o feedback dos usuários reais para alimentar e aprimorar projetos futuros. Em suma, a integração entre Gestão e Tecnologia (TIC) altera profundamente a atuação do arquiteto, transformando-o de um "desenhista solitário" em um coordenador central de informações. Essa nova postura exige uma visão holística que une a racionalidade metodológica à precisão tecnológica, assegurando que o processo de projeto resulte em espaços que atendam, de fato, às necessidades técnicas e humanas de forma sustentável e eficiente.

### **Questão 3**

A produção recente de habitação de interesse social no Brasil tem sido marcada por soluções padronizadas que, em muitos casos, desconsideram as especificidades climáticas, ambientais e socioculturais dos territórios onde são implantadas. Sobre tudo, à luz dos textos indicados em edital, discuta criticamente o papel do conforto ambiental na promoção da qualidade habitacional e da resiliência do ambiente construído, considerando especialmente, a relação entre conforto ambiental, sustentabilidade e estética na habitação social, os limites do modelo construtivo padronizado na garantia de conforto térmico, lumínico e acústico e a importância da avaliação pós-ocupação como instrumento para qualificar projetos e políticas públicas habitacionais.

### **Resposta esperada**

O conforto ambiental desempenha papel central na promoção da qualidade da habitação de interesse social, pois está diretamente relacionado à saúde, ao bem-estar e à permanência digna dos moradores no espaço construído. O conforto não pode ser compreendido apenas como uma condição técnica isolada, mas como parte de um sistema mais amplo que articula sustentabilidade ambiental, adequação climática, estética e resiliência urbana.

No que se refere à relação entre conforto ambiental, sustentabilidade e estética, observa-se que iniciativas sustentáveis — como estratégias passivas de ventilação, iluminação natural, redução do consumo de água e energia e inserção de áreas verdes — contribuem simultaneamente para o desempenho ambiental das edificações e para a qualidade estética dos conjuntos habitacionais. A estética, nesse contexto, não é um elemento supérfluo, mas um fator que reforça o sentimento de pertencimento, identidade e valorização do espaço, impactando positivamente a satisfação dos moradores e a conservação do ambiente construído.

Entretanto, os estudos apontam limites significativos do modelo construtivo padronizado adotado em programas habitacionais de larga escala, como o Programa Minha Casa Minha Vida. A repetição de tipologias rígidas, com reduzida área, baixa qualidade construtiva e pouca consideração às condições climáticas locais, resulta em frequentes situações de desconforto térmico, lumínico e acústico. Problemas como sobreaquecimento, baixa ventilação, umidade, deterioração precoce dos materiais, ruídos excessivos e aumento do consumo energético revelam a inadequação dessas soluções frente às dinâmicas climáticas e às necessidades reais das famílias. Além disso, a ausência de flexibilidade espacial compromete a capacidade de adaptação das moradias ao longo do tempo, ampliando a vulnerabilidade social e ambiental dos usuários.

Nesse cenário, a avaliação pós-ocupação (APO) emerge como instrumento fundamental para a qualificação do projeto arquitetônico e das políticas públicas habitacionais. Ao incorporar a percepção dos moradores e analisar o desempenho efetivo das edificações em uso, a APO permite identificar impactos, falhas e potencialidades que não são captados na fase de projeto. Processos sistemáticos de avaliação pós-ocupação contribuem para a construção de habitações mais resilientes, capazes de absorver, adaptar-se e responder às mudanças climáticas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Dessa forma, a APO não apenas retroalimenta a prática projetual, mas também subsidia revisões normativas e diretrizes mais sensíveis ao conforto ambiental e à realidade dos usuários da habitação social.

NOTA  
MÁXIMA  
NO MEC

\*\*\*\*\*  
UFMS  
É 10!!!  
\*\*\*\*\*



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Botega do Carmo, Presidente de Colegiado**, em 03/02/2026, às 15:08, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6207903** e o código CRC **734D6088**.

## COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67) 3345-7392

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS